

Velhices Indígenas: da desigualdade e da injustiça ao reconhecimento da totalidade e da alteridade na posição social: O estado da arte reparado

Indigenous Old Ages: from inequality and injustice to the recognition of totality and otherness in social position: State of the art repaired

Antiguas Edades Indígenas: de la desigualdad y la injusticia al reconocimiento de la totalidad y la alteridad en la posición social: Estado del arte reparado

Denis Cezar Musial
Alessandra Colessel
Raquel Dorigan de Matos
Bernadete de Oliveira

RESUMO: As velhices apresentam-se como um conceito composto de complexidades e de multidimensionalidades em seu processo social. Compreende-se, porém, que essa fase não é alcançável a todos diante de atravessamentos sociais, políticos, econômicos, culturais, dentre outros que caminham juntos com a sua construção. Dessa forma, trazer reflexões sobre as percepções das velhices indígenas no campo científico, pautando nossa análise na teoria crítica do reconhecimento sustentada pelos estudos de Nancy Fraser, alinhada à dimensão dialética (materialismo histórico-dialético), é fazer uma incursão que tem como proposta metodológica o estado da arte. Como resultado desse percurso, observa-se que a velhice indígena é discutida sob um prisma epistemológico epidemiológico, sendo negada em sua totalidade.

Palavras-chave: Velhices Indígenas; Epistemologia Epidemiológica; Totalidade.

ABSTRACT: *Old age presents itself as a concept composed of complexities and multidimensionalities in its social process. However, it is understood that this phase is not achievable for everyone in the face of social, political, economic, cultural crossings, among others that go together with its construction. Thus, bringing reflections on the perceptions of indigenous old age in the scientific field, basing our analysis on the critical theory of recognition supported by Nancy Fraser's studies aligned with the dialectical dimension (historical-dialectical materialism), is to make an incursion that has as a methodological proposal the state of art. As a result of this path, it is observed that indigenous old age is discussed under an epistemological and epidemiological perspective, being denied in its entirety.*

Keywords: *Indigenous Old Ages; Epidemiological Epistemology; Totality.*

RESUMEN: *La vejez se presenta como un concepto compuesto por complejidades y multidimensionalidades en su proceso social. Sin embargo, se entiende que esta fase no es alcanzable para todos ante los cruces sociales, políticos, económicos, culturales, entre otros que van de la mano con su construcción. Así, traer reflexiones sobre las percepciones de la vejez indígena en el campo científico, basando nuestro análisis en la teoría crítica del reconocimiento sustentada en los estudios de Nancy Fraser alineados con la dimensión dialéctica (materialismo histórico-dialéctico), es hacer una incursión que tiene como una propuesta metodológica del estado del arte. Como resultado de este camino, se observa que la vejez indígena se discute bajo una perspectiva epistemológica y epidemiológica, siendo negada en su totalidad.*

Keywords: *Antiguas edades indígenas; Epistemología epidemiológica; Totalidad.*

Introdução

Iniciamos nosso diálogo com alguns questionamentos: O que pensamos quando falamos em velhices? Quais os atributos que construímos socialmente em nosso imaginário social sobre a velhice?; partindo da ótica de senso comum, a velhice se relaciona a algo “ruim” “descartável”, “que não presta mais”. Essas expressões são manifestações de nosso cotidiano e demarcam, em sua dimensão sócio-histórica, um campo científico hegemônico que pauta a velhice baseada num universo biologista,

biomédico e orgânico, em que o mercado farmacológico busca uma “fórmula” ou os “elixires da juventude” que retardem os sinais do envelhecimento. Esse movimento vai ao encontro do *anti-aging*¹, que registra uma lógica burguesa e negacionista das marcas da velhice. Isso é notório nos estudos críticos realizados por Debert (1999) que alertam sobre o momento histórico e cultural que coloca a velhice pautada no processo biológico. Cenário esse que já vinha sendo constituído desde a década de 1970, quando surgiu Simone de Beauvoir com seus manuscritos. A autora provoca o pensar sobre a velhice numa perspectiva de classes, rompendo com a conspiração do silêncio e possibilitando uma nova leitura crítica sobre as velhices². Em suas palavras reforça que

(...)tanto ao longo da história, como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive de pensão miserável e um Onassis (Beauvoir, 1990, p. 17).

Podemos perceber com isso que o debate envolto na velhice se torna complexo, multifacetado e heterogêneo, ratificando que “qualquer informação que pretenda referir-se à velhice em geral deve ser rejeitada porque tende a mascarar este hiato” (Beauvoir, 1990, p. 17), rechaçando o caráter norteado pela homogeneidade reproduzido pelos ditames neoliberais, e centrado no indivíduo. Nesse sentido, pode-se observar que o diálogo começa a transpor as fronteiras científicas e a problematizar a realidade, não apenas o que aparenta ser, mas também os frutos das contradições da sociedade capitalista, trazendo para o debate seus marcadores sociais (classe, gênero, raça, etnia, geração) que assolam as desigualdades sociais.

¹ O gerontólogo Simon Biggs em seu livro *Negotiating Ageing: Cultural Adaptation to the prospect of a long life* apresenta, de maneira crítica em um de seus capítulos, um trato sobre o anti-envelhecimento que é incorporado pela ciência médica como hegemônico, ao estar avançando no sentido de estabelecer uma manutenção da ordem da atividade no percurso da vida, a partir da adoção de estilos de vida que compreendem um conjunto de receitas que partem desde orientações profissionais, adoção de práticas alimentares saudáveis, práticas de exercícios físicos e venda de produtos que escondam as marcas do envelhecimento. Essa prática faz parte da agenda do capital, monopolizada pela American Academy of Anti-Aging Medicine (A4M), que influencia o mercado na manutenção de uma ordem social de exploração da força de trabalho (Tradução do inglês para o português) (Biggs, 2019).

² Trazemos aqui um trecho do livro *A Velhice*, de Simone de Beauvoir, que retrata esta distinção do envelhecimento: “antigos operários reduzidos à indigência e à vagabundagem, velhos camponeses tratados como bichos, velhos pobres situam-se no mais baixo nível da escala social. São os velhos das classes superiores que ocupam o cume. A oposição é tão flagrante que se poderia quase pensar que se tratava de duas espécies diferentes. As mudanças econômicas e sociais, tão nefastas para uns, favoreceram, ao contrário, os outros” (Beauvoir, 1990, p. 213).

A pauta da velhice vem ganhando outro cenário, apesar de estar num processo tímido, que é discutir o envelhecimento e as velhices com estudos norteados pelo caráter dialético, para compreensão da realidade numa perspectiva da totalidade.

A totalidade concreta como concepção dialético-materialista de conhecimento do real [...] significa, portanto, um processo indivisível, cujos momentos são: a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento da sua autêntica objetividade; em segundo lugar, o conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do homem em geral; enfim, o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ele ocupa no seio do corpo social (Kosik, 1976, pp. 51-52).

A partir do momento em que estudiosos ampliam o olhar, não reduzem seus estudos acerca dos fenômenos a comportamentos, ao sujeito, à família, mas, sim, adicionam-lhes elementos diversos, tais como os determinantes sociais, políticos, econômicos, culturais que implicam na formação sócio-histórica do sujeito. Ou seja, essa compreensão arcaica e reducionista da leitura de um sujeito isolado ou em grupos se rompe, adicionando elementos históricos e de contextos estruturais e conjunturais, o que traz maior abrangência para o campo do conhecimento dessas percepções. Vale ressaltar ainda que a perspectiva de totalidade, como método, não tem a função de ser uma guia. No entanto, desenha-se como um caminho científico, trazendo como representação, os contornos dos movimentos dinâmicos da realidade.

Esse pensamento que vem se legitimando, sendo objeto de estudo de diversas autoras (Beauvoir, 1990; Debert, 1999; Haddad, 2016; Paiva, 2014; Teixeira, 2008) ganha eco e tons variados na ciência e na agenda pública, tendo um sentido ao denunciar a velhice considerada como uma responsabilidade do indivíduo, da família e (no campo institucional) da previdência individual e das instituições filantrópicas. Isso é repudiar pesquisas que, nesse universo, deslocam da ordem de dominação biomédica, demográfica e econômica, e direcionam estudos para os modos de produção e reprodução social da ordem do capital.

Haddad (2016) analisa que a produção científica gerontológica³ e geriátrica⁴ pauta-se em difundir ideologias da velhice “bem-sucedida”, inseridas estas no campo mercadológico e incorporadas pelas políticas sociais, caracterizando-se como “leques de opções” de atividades (ditas como receitas), para a busca imanente de uma suposta qualidade de vida. Tais produções são expressões da ideologia burguesa, potencializadas com discursos conservadores, o que traz o esvaziamento e o esquecimento do debate a respeito do/a velho/a trabalhador/a, pois:

[...] camuflam o envelhecimento trabalhador e sua velhice doentia, dependente pobre e desprotegida, negando “a problemática social” do envelhecimento, tratando como de responsabilidade dos indivíduos um problema que é social, por meio da difusão de uma cultura autopreservacionista que pretensamente seria capaz de evitar os efeitos do envelhecimento (Teixeira, 2008, p. 82).

As pesquisas realizadas por Teixeira (2009) invocam a reflexão de que o envelhecimento humano deve partir da problemática do envelhecimento do trabalhador (enquanto um conjunto das expressões da questão social), que carrega em seu tempo de vida registros da exploração da venda de sua força-trabalho (trabalho penoso). Marx (2013, p. 338) sustenta que “o capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo da força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho” (grifo nosso). Com isso, é notadamente perceptível que, para a ordem capitalista, o propósito do tempo de vida é a venda da força-trabalho e que, à perda disso, gerada pelo esgotamento, coloca o sujeito num campo de (des)uso, (des)utilidade para o capital, marcado esse envelhecimento pela “[...] desigualdade, vulnerabilidade social em massa, degradação, desvalorização e pseudovalorização, [...] especialmente com o avanço da idade cronológica, com o desgaste da força de trabalho” (Teixeira, 2008, p. 23).

³ A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) define a Gerontologia como um conjunto de saberes que estudam o envelhecimento em diversas dimensões (biológicos, psicológicos, culturais, sociais, entre outros), sendo uma profissão (ainda não regulamentada), a de gerontólogo, de caráter interdisciplinar e pautado em evidências científicas (SBGG, 2020).

⁴ Quanto à Geriatria, compreende-se ser esta, segundo a SBGG, uma especialidade médica que abrange aspectos da promoção, prevenção, tratamento e reabilitação funcional dos idosos (SBGG, 2020).

Nesse sentido, pode-se observar que a compreensão da velhice numa perspectiva dialética é legitimar a existência de múltiplas formas de envelhecer, negando um só envelhecer, e rechaçando a ideia de uma “bela velhice” que só depende do estilo de vida que o sujeito adota. Ou seja, insere nesse campo tensionamentos sociais, e deixa-se em evidência que o envelhecimento na sociedade capitalista é composto de desafios contraditórios. O velho, ao mesmo tempo, em que é marcado pelo desgaste físico, mental da apropriação da sua força de trabalho, pertence a um grupo populacional que tem potencialidades de organização sócio-política de reivindicação e luta pelos seus direitos.

Nos estudos de Campelo e Paiva (2014, p. 223) propõe-se, na afirmação de um campo de produção de conhecimento crítico (Gerontologia Social Crítica), que tenha como compromisso trazer leituras revolucionárias e comprometidas com as lutas sociais, de (re)pensar as bases estruturais da sociedade, e construir projetos populares pautados na defesa da classe trabalhadora em sua velhice. Além disso, a autora, em sua tese, apresenta sinais de alerta pelo fato de a população estar envelhecendo, evidenciando que:

Nunca se trabalhou tanto! Nessa trama, as velhas e os velhos trabalhadores(as) quase invisíveis, do ponto de vista do foco do Estado, não fosse a atual magnitude do impacto do envelhecimento senil na agenda das políticas sociais, sobrevivem e são provedores(as) de suas famílias à custa dos direitos trabalhistas por eles(as) mesmos(as) conquistados, cuja longevidade lhes permite ver agora [sendo] desregulamentados (Campelo, & Paiva, 2014, p. 129).

Pode-se compreender a partir dessa somatória de estudos, um caminho proposto no sentido de trazer à tona, na esfera pública, a massa da velhice trabalhador(a) que clama pela inserção das próprias lutas no campo do direito social (tornando-se, então, parte da agenda estatal), ao manifestar suas reivindicações nos diversos âmbitos: saúde, educação, previdência social, assistência social, esportes, lazer, cultura, dentre outros. A luta do trabalhador no campo do direito social vai para além desse movimento, dado que reafirma o compromisso pela defesa de seus direitos, num sistema econômico capitalista que lamentavelmente renega sua razão de viver enquanto classe trabalhadora.

A perspectiva do sistema econômico capitalista traz uma negação de grupos populacionais historicamente rejeitados, discriminados e invisibilizados pela sociedade do capital, citados aqui como as velhices LGBTQIA+, velhices do campo, velhices de

pessoas com deficiência, velhices negras, velhices migrantes, velhices presidiárias e velhices de povos tradicionais.

As **velhices indígenas**, como foco deste estudo, têm por objetivos: mostrar sua inserção na cena pública e na produção científica, além de apontar as particularidades dos modos de envelhecer. Tais objetivos são analisados minuciosamente por pesquisadores e profissionais que atuam no campo gerontológico acadêmico e interprofissional.

Reconhecimento: em busca de justiça social

O elemento fundante do sistema econômico capitalista orienta-se pela alienação do controle dos produtores. Assim, “o capital degrada o trabalho, sujeito real da reprodução social, à condição de objetividade reificada e, com isso, derruba não somente na teoria, mas na prática social palpável, o verdadeiro relacionamento entre sujeito e objeto” (Mészáros, 2002, p.126). A partir disso, a compra e a venda da força de trabalho (mercadoria) e a submissão do vendedor (trabalhador) desta, aos controles e disciplinas impostas pelo comprador (capitalista) sendo esta a condição central do modo de produção capitalista. E, por meio desta, o mundo do trabalho se utiliza de mecanismos de controle subjetivos e objetivos, tendo por pressuposto excluir os considerados não aptos para tal tarefa produtiva, ao passo que os velhos perderam a agilidade e o vigor, e os jovens, mal-preparados (Dorigan de Matos, 2005; 2013). “A relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma mera ‘condição material de produção’. O ‘ter’ domina o ‘ser’ em todas as esferas da vida” (Mészáros, 2002, p. 611).

Entendendo a urgência de se manter acesa a chama das discussões, acerca das contradições apresentadas pelo real, que se torna concreto em suas práticas de injustiça e conflitos sociais, ponderando elementos de cultura, divergências geracionais, relações de afetos, saberes; enfim, elementos que compõem a totalidade da vida cotidiana dos povos, há que se pensar em práticas que possibilitem a dignidade, a igualdade em um movimento por justiça social, a fim de priorizar aspectos emancipatórios.

O entendimento de reconhecimento aqui apresentado parte de elementos historicamente situados em suas dimensões objetivas e subjetivas, mediadas pela ação dos movimentos sociais da comunidade e pela pluralidade dos cidadãos que, em um

processo dialógico de inclusão dos distintos, busca uma construção coletiva, por emancipação e justiça social, promovida por meio da participação política, da ocupação do espaço público, na superação da opressão social em um movimento dialético do vir a ser (Dorigan de Matos, 2021).

Ter por perspectiva a atividade como algo socialmente significado faz desencadear o entendimento de que a experiência individual é constituída em sua natureza histórica e dialética. Nesse entendimento, o sujeito compõe-se por sua origem biológica, bem como sociocultural, sendo que a última se sobrepõe à primeira. A natureza biológica estabelece condições básicas, mas que não são suficientes ao desenvolvimento dos processos estabelecidos pela interação com a vida social, bem como na interação sujeito e cultura. Portanto, o desenvolvimento humano é mediado pela relação sujeito-contexto social, sempre em busca da reprodução da existência, a qual se dá por meio da atividade situada, sendo constituída por necessidades humanas, motivos, propósitos e condições (Dorigan de Matos, 2013; Vigotsky, 1982).

De acordo com Fraser (2007), quando se trata de justiça social, tem-se que pensar em redistribuição e reconhecimento; não há distinção entre igualdade social e reconhecimento das diferenças; há sim, a demanda de ambos. Busca-se, nesse sentido, deitar o olhar às vulnerabilidades dos sujeitos sociais em sua totalidade. Os estudos em torno do reconhecimento vêm sendo desenvolvidos a partir de Hegel, que apresenta o entendimento de que a reestruturação social é mediada pelos conflitos em busca de relações sociais mais estruturadas, apresentando como elementos formadores destes a categoria do respeito e do reconhecimento intersubjetivo (Faria, 2011).

Ao retomar conceitos importantes que nos fazem refletir a respeito de a quem se refere o reconhecimento, Fraser (2009) destaca a centralidade do sujeito. Ocasão esta em que o desenvolvimento humano é mediado pelo reconhecimento social e cultural, em um processo dialógico de aprendizagem. O mau reconhecimento é fator estrutural do Estado que, por meio de políticas públicas, pode afastar tais desigualdades.

O reconhecimento proporciona a autonomia do sujeito, sendo esta conquistada quando se compreende a liberdade do outro e, por consequência, a sua, em um processo de alteridade, o qual tem por resultado a consciência de sujeitos livres para fazerem suas escolhas no meio social (Ramos, 2010).

Para ter o entendimento de como se estrutura uma sociedade igualitária, bem como o desencadeamento das injustiças sociais em meio a um grupo, é necessário

compreender como acontecem as situações de humilhação com membros de determinados grupos. Injustiças estas que são mediadas por experiências de não reconhecimento, atribuídas às relações entre indivíduos, sendo que a dimensão objetiva da ausência de reconhecimento do amor importa em maus-tratos e violações que ameaçam a integridade humana; à exclusão dos direitos e acesso à justiça, maculando a integridade social como membro de determinada comunidade político-jurídica. Ao passo que a dimensão subjetiva se dá por meio de ofensas e de ausência de estima social, quando uma pessoa é impedida do compartilhamento de valores sociais no seu meio cultural comunitário (Fuhrmann, 2013; Melo, 2014).

Considerando-se que a falta de reconhecimento, exclusão, e minimização das condições de vida de um indivíduo trazem consequências de relação com a sociedade e desenvolvimento da identidade pessoal, Honneth (2009) propõe uma luta social por meio da força moral, de modo a proporcionar novos impulsos ao desenvolvimento social. Dessa forma, a reconstrução de tal lógica é constituída pela formação da identidade em um ambiente que proporcione relações de reconhecimento.

Fraser (2008) compreende o reconhecimento a partir de uma teoria crítica do reconhecimento, por meio de uma política cultural que é combinada com a política social da igualdade. Assim, o reconhecimento representa o debate político e um novo entendimento de justiça social, o qual perpassa a representação de identidade e redistribuição. O tema de justiça é compreendido de forma situada, ou seja, na realidade atual da sociedade, sendo mediado por fatores sociais e políticos, os quais envolvem a justiça normal e anormal, em suas dimensões de um sistema igualitário, justo, bem como as falhas existentes no sistema. Sendo o reconhecimento composto por laços afetivos e sociais entre grupos e indivíduos, acerca-se da ressignificação de comportamentos em busca do desenvolvimento humano e comunitário dos envolvidos.

Tendo isso por pressuposto teórico, compreende-se que Fraser (2008) e Honneth (2009), compartilhem do entendimento de que o objetivo da justiça social perpassa o desenvolvimento de relações sociais, considerando-se a autonomia do sujeito.

Quando um grupo tem autonomia para fazer suas escolhas, cada sujeito passa a ser reconhecido pela sociedade a partir das suas contribuições à coletividade. Honneth (2009) afirma que essa capacidade de agenciamento reforça a autenticidade de uma pessoa, considerando-se a consciência da diferença; não, contudo, da desigualdade, sendo

que a injustiça pode ser reparada por meio do reconhecimento e da alteridade. É a partir da compreensão, porém, do não e/ou do mau reconhecimento, que os sujeitos desencadeiam a luta por reconhecimento.

Para Fraser (2008), a luta por reconhecimento é aquela por igualdade de *status* e de participação democrática, considerando-se a distribuição e o reconhecimento, sendo a paridade participativa o elemento mediador desta luta. Isso “significa que a perspectiva nuclear tanto das lutas por redistribuição, como por reconhecimento, é de que todos os grupos da sociedade devam participar da interação social como parceiros, sem subordinação por classe ou *status*” (Silva, 2013, p. 24).

Considerando-se que a dimensão política inclui a justiça de representação de assuntos políticos sociais definindo a inclusão ou a exclusão de comunidades para a tomada de decisão, bem como as reivindicações por seus direitos. Quando há falha na representação, sucedem injustiças e supressão ao direito de participação em paridade e “superar a injustiça significa eliminar os obstáculos institucionalizados que impedem a alguns participar em igualdade com outros, como parceiros, em pleno direito na interação social” (Fraser, 2008, p. 39, tradução nossa).

Considerando a afirmação acima apresentada, esses obstáculos compreendem a privação dos indivíduos de participarem de forma plena, em que os recursos econômicos são negados, desencadeando a desagregação social. As injustiças se apresentam por meio da má distribuição e das hierarquias institucionais de valores culturais, que recusam ao indivíduo uma posição em meio ao grupo, gerando desigualdade de *status* ou reconhecimento (Fraser, 2008). A percepção de igualdade e justiça em termos de participação representa para Fraser (2007), uma nova concepção de aceitação de participação ao mesmo nível de outros indivíduos, independentemente de sua posição social (Lopes, 2017).

O modelo de justiça proposto por Fraser (2007) considera o *status* de cooperação social tendo, o indivíduo e o grupo, pleno direito na interação social, com a capacidade de participação em iguais condições aos demais, e também compreendendo o problema da justiça e da participação democrática, sendo mediadas pela distribuição e pelo reconhecimento. Ponderando-se que a necessidade é constituída pelas comunidades e instituições responsáveis pelas políticas de necessidades, bem como se deve considerar como as relações de poder se estabelecem entre estes agentes, para que assim se possam compreender os significados do respeito e justiça para com os sujeitos coletivos.

Para a garantia da participação democrática dos sujeitos coletivos nos processos de decisão, Fraser (2008) propõe considerar três princípios, sendo estes: o “princípio da condição de membros”, envolvendo discussões sobre quem contém os elementos de adesão política; o “princípio do humanismo”, considerando as condições de ser humano, bem como o “princípio de todos os afetados” estabelecendo critérios de justiça levando-se em conta os envolvidos nas disputas sociais.

A paridade de participação deve considerar as condições de igualdade, reconhecimento e representação, garantindo a capacidade de agenciamento dos sujeitos coletivos na busca por seus desejos, e em suas interações sociais. Esses três elementos viabilizam a ressignificação da justiça em tempos anormais, pois “o discurso da justiça é normal enquanto a dissidência e desobediência *pública em relação às suas pressuposições constituintes estiverem sob controle*” (Fraser, 2007, p. 740); em sentido oposto, a sociedade clama por modos de convivência coletiva que permitam a participação igualitária na vida social.

Os pressupostos teóricos apresentados por Nancy Fraser desencadeiam possibilidades para entendimento das (in)justiças das demarcações. A existência de uma estrutura comum de governança, que condiciona as relações coletivas, a qual pressupõe a sujeição de todos e de cada um, necessita de elementos que garantam a consideração igualitária.

A participação paritária é condição precípua de sociedade, não estando esta circunscrita às instituições políticas, mas precisando ser considerada na constituição do mercado de trabalho, nas relações afetivas, nas esferas públicas, organizações religiosas e na diversidade humana, possibilitando, dessa feita, a justiça social (Fraser, 2011).

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de um estado da arte que, segundo Ferreira (2002), pode ser compreendido como uma revisão bibliográfica, que estabelece um conjunto de produções acadêmicas, trazendo, como resposta social, reflexões teóricas sobre diferentes épocas e lugares. Com isso, nota-se que o desenvolvimento da revisão de literatura proporciona um aspecto qualitativo do projeto e registro dos achados de uma pesquisa.

Foi realizada a busca de artigos científicos nas seguintes bases de dados: Redalyc

Scientific Information System Rede de revistas científicas (REDALYC) e Scientific Eletronic Library Online (SciELO), utilizando-se como descritores para encontrar a produção científica correspondente (isolados ou submetidos a cruzamentos entre si): velhices indígenas, idosos indígenas e pessoas indígenas.

Como critérios de inclusão foram selecionados: a) artigo original e disponibilizado on-line na íntegra em periódicos indexados nas bases de dados eletrônicas consultadas; (b) publicado nos últimos dez anos (2010 a 2020); (c) nos idiomas português, espanhol e inglês; (d) artigos realizados na América Latina, independentemente do local de sua publicação; (e) que aborde uma discussão sobre as velhices indígenas a partir de uma perspectiva dialética (materialismo histórico-dialético).

Foram excluídos os artigos: que não atenderam a qualquer dos critérios de inclusão, repetidos nas bases de dados pesquisadas, que não apresentaram os descritores propostos.

Para a seleção da amostra, inicialmente foi feita a leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados, avaliando-os segundo o critério de inclusão. Posteriormente, os artigos selecionados foram lidos na íntegra para preenchimento do instrumental de coleta de dados. Ou seja, para orientar a análise dos dados foi elaborada uma planilha contendo: autor; base de dados, título; ano; objetivo do estudo; tipo de estudo; periódico publicado; país de origem, especialidade e principais resultados encontrados. A partir da análise dos dados coletados e, por último, a categoria elencada para discussão foi a epistemologia epidemiológica.

Epistemologia Epidemiológica

O estudo da temática da velhice e suas especificidades vem sendo um desafio no meio acadêmico, diante de poucas pesquisas relacionadas à temática do envelhecimento indígena, sendo que as existentes têm em sua maioria foco na área epidemiológica.

Isso nos permite invocar que os traços biomédicos atravessam as discussões sobre as velhices, reproduzindo a manutenção de uma ordem hegemonicamente histórica, pautando os aspectos epidemiológicos nas velhices (denominam isso como transição epidemiológica) sem considerar a sua formação sócio-histórica, suas relações sociais e relações estruturais.

Traduzindo esse processo, o discurso hegemônico que se apresenta é de uma vinculação da velhice e seu modo epistemológico, da velhice enquanto uma degradação humana, proporcionando, aqui, que esse debate seja ampliado, e inclua a velhice, um processo social, as condições de vida e de acesso que esse sujeito deve no decorrer de sua formação.

As reflexões postas aqui colocam como central o trabalho que constitui o ser socialmente. Nas palavras de Marx (2013, p. 255), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

O quadro 1 mostra que, na base de dados da REDALYC, foram identificados seis (06) artigos. No conjunto, essa escassez de publicações revela a precariedade científica de dar visibilidade às velhices indígenas, embora os autores apontem que essas velhices também são heterogêneas.

As discussões mostram a singularidade de cada comunidade indígena ao descrever distintos modos de viver as relações sociais coletivamente; e, num processo científico e social, denunciam o Estado que se alinha ao negacionismo da diversidade e da totalidade, produzindo e reforçando práticas hegemônicas para as comunidades indígenas, invisibilizando e homogeneizando suas manifestações sociais, culturais e de subsistência.

Sob a ótica da dimensão temporal, percebe-se um distanciamento das análises numa perspectiva histórico-dialética e uma ausência de referências àquelas produções que vêm sendo (re)inventadas nessa perspectiva e que se ancoram no caráter epistemológico.

Quadro 1- Identificação dos trabalhos do periódico REDALYC, segundo: ano de publicação, autores, título do artigo, nome da revista e idioma. Irati, PR, 2021 (n=06)

REDALYK			
Ano	Autores (as)	Título do artigo	Nome da revista
2012	Faustino, R. C.	Educação e religião Guarani no Paraná: estudo a partir do ritual Nimongarai	<i>Práxis Educativa</i> (Brasil)
2015	Marques, F. D., Sousa, L. M., Vizzotto, M. V., & Bonfim, T. E.	A vivência dos mais velhos em uma comunidade Guarani Mbyá	<i>Psicologia & Sociedade</i>

2018	Diaz-G. N., Romero-Ortiz, U., Dimate-García, E., & Rodríguez-Romero, D. C.	Fatores de risco associados ao Diabetes Mellitus tipo II em povos indígenas da América Latina, revisão da literatura 2000-2016	<i>Investigaciones Andina (espanhol)</i>
2018	Faustino, R. C., Menezes, M. C. B., & Novak, M. S. J.	Políticas de inclusão e formação de educadores indígenas Xetá no Paraná: aprendizagem e revitalização cultural	<i>Revista on-line de Política e Gestão Educacional</i>
2018	Gallardo-Peralta, L. P., Sánchez-Moreno, E., & Rodríguez-Rodríguez, V.	Qualidade de vida de idosos indígenas e não indígenas no norte do Chile	<i>Revista Interciência</i>
2020	Paredes-A., Y. V., Yarce- P., E., & Aguirre-A., D. C.	Condições sociodemográficas e perfil de saúde de idosos indígenas no departamento de Nariño	<i>Revista Ciencias de la de la Salud (espanhol)</i>

Fonte: bases de dados REDALYC, 2021

Ao acrescentar a esse conjunto de produções da REDALYC as oito (08) publicações da SciELO, ampliamos as contribuições da perspectiva analítica deste estudo, no sentido de reafirmação da validade desta pesquisa.

No quadro 2, pode-se perceber um avanço ainda que seja mínimo na concepção dialética, das produções científicas a respeito das velhices indígenas, suas tradições e leis. Contudo, os caminhos metodológicos trilhados nas investigações reforçam os processos hegemônicos de manutenção da ordem epidemiológica.

Quadro 2- Identificação dos trabalhos do periódico SciELO, segundo: ano de publicação, autores, título do artigo, nome da revista e idioma. Irati-PR, 2021 (n=08).

SciELO			
Ano	Autores (as)	Título de artigo	Nome da revista
2012	Rosa, T. E. da C., Mondini, L., Gubert, M. B., Sato, G. S., Benício, M. H. D'A.	Segurança alimentar em domicílios chefiados por idosos, Brasil	<i>Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia</i> (português)
2013	Gurgel, L. G., Plentz, R. D. M., Joly, M. C. R. A., & Reppold, C. T.	Avaliação da resiliência em adultos e idosos: revisão de instrumentos	<i>Estudos de Psicologia</i> (português)
2019	Oliveira, R. F. R., Haikal, D. S. A., Ferreira, R. C., Santos, A. S. F., Nascimento, J. E., Soares, J. R. D., Ferreira, E. F., & Martins, A. M. E. de B. L.	Abordagem multinível quanto ao uso de serviços odontológicos no Sistema Único de Saúde entre adultos brasileiros	<i>Cadernos de Saúde Coletiva</i> (português)
2019	Baldisserotto, J., Ferreira, A. M., & Warmling, C. M.	Condições de saúde bucal da população indígena guarani moradora no Sul do Brasil	<i>Cadernos de Saúde Coletiva</i> (português)
2019	Barbosa, V. F. B., Cabral, L. B., & Alexandre, A. C. S.	Medicalização e Saúde Indígena: uma análise do consumo de psicotrópicos pelos índios Xukuru de Cimbres	<i>Ciência e Saúde Coletiva</i> (português)
2019	Pini, F. R.	Educação Popular em Direitos Humanos no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos: uma experiência do projeto Mova, Brasil	<i>Educação em Revista</i> (português)
2020	Chagas, C. A., Castro, T. G., Leite, M. S., Viana, M. A. C. B. M., Beininger, M. A., & Pimenta, A. M.	Prevalência estimada e fatores associados à hipertensão arterial em indígenas adultos Krenak do Estado de Minas Gerais, Brasil	<i>Cadernos de Saúde Pública</i> (português)

Fonte: Bases de dados SciELO, 2021

Diante de estudos norteados por esta estrutura populacional, é possível refletir o papel dos velhos indígenas em cada etnia, e o lugar que ocupam dentro das terras indígenas e aldeias; é detectar que urge a retratação do discurso científico alinhado às influências colonizadoras europeias, que traz a homogeneização do envelhecimento e das velhices, subjugando a etnia ou a estrutura étnica latino-americana.

Assim, este estudo possibilita a reflexão crítica das condições nas quais as velhices indígenas se encontram, leva em consideração as contribuições do velho indígena na América Latina e pactua com Teixeira (2009, p. 120) sobre a generalização das velhices: “[...] a velhice nunca será uma generalidade, no singular, mas ‘velhices’, dada a pluralidade de manifestações, numa mesma formação social, relacionadas às condições de vida e trabalho das pessoas”.

Olhar para os velhos(as) remete às particularidades que essa cultura nos apresentou, que ora nos apresenta e, certamente nos apresentará. Buscar entender as peculiaridades que cada indígena velho vivencia em seu território; é se render à impossibilidade de associar à sua subsistência, ao seu propósito existencial, a sua essência de manutenção da vida: estratégias que visam unicamente aumentar a produtividade (o capital).

Considerações finais

Pensar na diversidade cultural a partir da velhice possibilita compreender a multiplicidade dos modos de envelhecer de cada cultura e a dinâmica social que impacta cada uma delas. No contexto latino americano a população indígena foi a que mais sofreu modificações no seu modo de vida nos últimos tempos. Segundo documento elaborado pela Cepal (2015, p. 14), a resistência indígena latino-americana é histórica, marcada por questões políticas e territoriais que impulsionaram novos movimentos políticos de organização e subsistência dessa estrutura populacional.

A América Latina é território original dos mais variados povos e etnias indígenas; demograficamente os indígenas ocupam cerca de 8,3% de todo o território latino-americano; deste total, aproximadamente 0,4% (IBGE, 2012) está no Brasil. O Censo não apresenta dados relativos à porcentagem do segmento idoso de etnia indígena, porém ressalta a diminuição cada vez maior dessa população, como um todo.

Nas publicações analisadas neste estudo as situações problematizadas não representam a totalidade e a alteridade social das velhices indígenas pesquisadas e nem tampouco retratam a desigualdade e a injustiça histórica, sedimentadas na visão biomédica predominante de seus autores, que apontam para vícios históricos e carregam, nas suas discussões, em plena contemporaneidade, novas roupagens de natureza epidemiológica, em que o(a) velho(a) é, via de regra, representado(a) como um corpo doentio, fracassado e terminal.

Outro elemento notório nesta investigação científica é a baixa produção científica no universo gerontológico sobre as velhices indígenas e, quando se identificam tais produções, alinham-se elas sob um domínio epistemológico, compondo-se em um campo que se mostra provocativo para o debate e que pode despertar ainda outros debates futuros, nessa área.

Referências

Baldisserotto, J., Ferreira, A. M., & Warmling, C. M. (2019). Condições de saúde bucal da população indígena guarani moradora no Sul do Brasil. *Cadernos de Saúde Coletiva*, 27(4), 468-475. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1414-462X201900040354>.

Barbosa, V. F. B., Cabral, L. B., & Alexandre, A. C. S. (2019). Medicalização e Saúde Indígena: uma análise do consumo de psicotrópicos pelos índios Xukuru de Cimbres. *Ciência e Saúde Coletiva*, 24(8), 2993-3000. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.22192017>.

Beauvoir, S. (1990). *A Velhice*. Trad.: Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

Biggs, S. (2018). *Negotiating Ageing: cultural adaptation to the prospect of a long life. Routledge Key Themes in Health and Society*. Routledge. (188 pág.).

Campelo e Paiva, S. de O. (2014). *Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital*. São Paulo, SP: Cortez.

Cepal. (2015). *Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Estudo Econômico da América Latina e do Caribe: desafios para impulsionar o ciclo de investimento com vistas a reativar o crescimento*. Recuperado de: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/38716-estudo-economico-america-latina-caribe-2015-desafios-impulsionar-o-ciclo>.

Chagas, C. A., Castro, T. G., Leite, M. S., Viana, M. A. C. B. M., Beininger, M. A., & Pimenta, A. M. (2020). Prevalência estimada e fatores associados à hipertensão arterial em indígenas adultos Krenak do Estado de Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(1). Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00206818>.

Debert, G. G. (1999). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo, SP: EDUSP.

Diaz, G. N., Romero-Ortiz, U., Dimate-García, E., & Rodríguez-Romero, D. C. (2018). Factores de riesgo asociados a la diabetes mellitus tipo II en indígenas de Latinoamérica, revisión de literatura 2000-2016. *Investigaciones Andina*, 20(37), 41-82. Recuperado de: DOI: 10.33132/01248146.1249.

Dorigan de Matos, R. (2005). *Controle e sofrimento no trabalho: Estudo de caso em uma organização de transporte coletivo de Curitiba e Região Metropolitana*. Dissertação de mestrado em Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

Dorigan de Matos, R. (2013). *Representação paritária no processo decisório como elemento mediador a atividade significada*. Tese de doutorado em Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

Dorigan de Matos, R. (2021). *Em busca de justiça*. Curitiba, PR: Grupo de Pesquisa Capital, Trabalho e Lazer. Documento de trabalho. (mimeo).

Faria, J. H. (2011). *As Condições de uma Gestão Democrática Social do Processo de Trabalho: reconhecimento, redistribuição, representação e realização*. Curitiba: EPPEO. (Working Paper).

Faustino, R. C. (2012). Educação e religião Guarani no Paraná: estudo a partir do ritual Nimongarai. *Práxis Educativa* (Brasil), 7, 239-263. Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/pdf/894/89425835012.pdf>.

Faustino, R. C., Menezes, M. C. B., & Novak, M. S. J. (2018). Políticas de Inclusão e formação de educadores indígenas xetá no Paraná: aprendizagem e revitalização cultural. *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, 22(1), 303-321. Recuperado de: DOI: 10.22633/rpge.v22.n.1.2018.10744.

Ferreira, N. S. de A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, 79. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>.

Fraser, N. (2007). *Reconhecimento sem ética?* São Paulo, SP: Lua Nova.

Fraser, N. (2008). *Escalas de justicia*. España.

Fraser, N. (2009). *Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado*. São Paulo, SP: Lua Nova.

Fraser, N. (2011). Mercantilização, Proteção Social e Emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. *Revista Direito GV*, São Paulo, 7(2), 617-634. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S1808-24322011000200011>.

Fuhrmann, N. (2013). *Luta por reconhecimento: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, 38. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100006.

Gallardo-Peralta, L. P., Sánchez-Moreno, E., & Rodríguez-Rodríguez, V. (2018). Qualidade de vida de idosos indígenas e não indígenas no norte do Chile. *Revista Interciência*, 43(5), 313-316. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/journal/339/33957311003/html/>.

Gurgel, L. G., Plentz, R. D. M., Joly, M. C. R. A., & Reppold, C. T. (2013). Avaliação da resiliência em adultos e idosos: revisão de instrumentos. *Estudos de Psicologia*, 30(4), 487-496. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000400002>.

Haddad, E. G. de M. (2016). *A Ideologia da Velhice*. (2ª ed.). São Paulo, SP: Cortez.

Honneth, A. (2009). *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. (2ª ed.). São Paulo, SP: Editora 34.

Kosik, K. (1976). *Dialética do concreto*. Célia Neves, Trad. (2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Lopes, E. (2017). *Programa Nacional de Alimentação Escolar e Reconhecimento: uma análise em comunidades rurais*. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Comunitário. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, Irati, PR.

Marques, F. D., Sousa, L. M., Vizzotto, M. V., & Bonfim, T. E. (2015). A vivência dos mais velhos em uma comunidade Guarani Mbyá. *Psicologia & Sociedade*, 27(2). Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p415>.

Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção capitalista*. São Paulo, SP: Boitempo.

Melo, R. (2014). Da teoria a praxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 15. Brasília, DF. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0103-335220141502>.

Mészáros, I. (2002). *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, SP: Boitempo.

Oliveira, R. F. R., Haikal, D. S.'A., Ferreira, R. C., Santos, A. S. F., Nascimento, J. E., Soares, J. R. D., Ferreira, E. F., & Martins, A. M. E. de B. L. (2019). Abordagem multinível quanto ao uso de serviços odontológicos no Sistema Único de Saúde entre adultos brasileiros. *Cadernos de Saúde Coletiva*, 27(4),455-467. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1414-462X201900040098>.

Paredes-A., Y. V., Yarce-P., E., & C. Aguirre-A., D. C. (2020). Condições sociodemográficas e perfil de saúde nos indígenas do departamento de Nariño. *Rev. Cienc. de la Salud*, 18(1), 67-81. Recuperado de: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/revsalud/a.8764>.

Pini, F. R. (2019). Educação Popular em Direitos Humanos no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos: uma experiência do projeto Mova, Brasil. *Educação em Revista*, 35, e214479. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0102-4698X214479>.

Ramos, C. A. (2010). As duas faces do conceito hegeliano de liberdade e a mediação da categoria do reconhecimento. *Veritas*, 55(3). Recuperado de: DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2010.3.7521>.

Rosa, T. E. da C., Mondini, L., Gubert, M. B., Sato, G. S., Benício, M. H. D'A. (2012). Segurança alimentar em domicílios chefiados por idosos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*,. 15(1), 69-77. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232012000100008>.

Silva, E. P. B. (2013). A Teoria Social Crítica de Nancy Fraser: Necessidade, Feminismo e Justiça. 2013. Dissertação de mestrado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SBGG. (2020). Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. O que é Geriatria e Gerontologia?. Recuperado de: <https://sbgg.org.br/espaco-cuidador/o-que-e-geriatria-e-gerontologia/>.

Teixeira, S. M. (2008). *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Teixeira. S. M. (2009). Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. *Argumentum*. Vitória, 1(1), 63-77. Recuperado de: DOI: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v0i0.13>.

Teixeira, S. M. (2017). Envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista. In: Teixeira, S. M. (Org.). *Envelhecimento na sociabilidade do capital*. São Paulo, SP: Papel Social.

Vigotsky, L. (1982). Pensamiento y palabra. In: *Obras Escogidas: 2*. Madrid, España: Visor.

Denis Cezar Musial - Assistente Social, Especialista em Gerontologia, Doutorando, Programa Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, UNICENTRO e Professor colaborador do Departamento de Serviço Social da UNICENTRO.

E-mail: dinao58@hotmail.com

Alessandra Colessel - Pedagoga. Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário, Mestra em Desenvolvimento Comunitário, Universidade Estadual do Centro Oeste, UNICENTRO; atua com vínculo temporário no CRAS Rio Bonito – Casa de Passagem Indígena, Secretaria de Assistência Social, Prefeitura Municipal de Irati, Irati, PR.

E-mail: alessandracolesel@yahoo.com.br

Raquel Dorigan de Matos - Desenvolveu Estágio Pós-Doutoral, Universidade Federal do Paraná-UFPR. Doutora em Administração, Universidade Federal do Paraná-UFPR. Atualmente é professora Adjunto C da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário-PPGDC/UNICENTRO. Atuando principalmente nos seguintes temas: relações de poder, controle, formas de gestão, organização do trabalho.

E-mail: raqueldorigan@uol.com.br

Bernadete de Oliveira - Fisioterapeuta. Acupunturista. Fisiologista do Exercício. Especialista em Gerontologia (titulada pela SBGG). Doutora em Ciências Sociais/Antropologia e Mestre em Gerontologia com concentração em Gerontologia Social. Atua com equipe multiprofissional e na Fisioterapia Itinerante. Colaboradora do *website* Portal do Envelhecimento. Coordenadora do Curso de Gerontologia Social do Instituto Sedes Sapientiae. Docente nos Cursos de Pós-Graduação em Saúde Pública (UNASP); em Psicogerontologia (UNIP); em Fragilidades na Velhice (COGEAE/PUCSP) e nos Cursos de Educação Permanente da Escola Municipal de Saúde (CGP/SMSdeSP/SUS).

E-mail: bbell_o@yahoo.com.br